

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ajustar Previdência e Assistência é a saída - RAUL VELLOSO..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para FGV, país cresceu 3,5%..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda vê em acordo com bancos sobre litígios 'salda' para meta fiscal..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção de R\$ 5 mil no IR beneficia 10 milhões, diz Durigan..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários brasileiros veem impacto de Trump..... 8

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária do consumo: o que muda para as empresas com a nova lei?..... 10

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alcolumbre encontra líderes do Senado para definir comando de comissões permanentes
..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula ataca distribuidor pelo combustível caro..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Índice do BC aponta expansão de 3,8% em 2024..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com popularidade em queda, Lula cobra "atitude" da Petrobras..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad vê inflação dentro da normalidade..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia do PIB confirma desaceleração da economia..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Haddad diz que inflação de 5% é "relativamente normal"; meta do BC é 3%..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Inflação sempre preocupa, especialmente no Brasil'..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Haddad vê 'normalidade' e possível queda da inflação	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Analistas esperam negociação mais dura com EUA.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa e juros ampliam melhora com eleição de 2026 no radar.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Planalto prevê mais pressão por ministérios, mas Lula ainda não se definiu.....	27
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS POLÍTICA	
Como presidente da Câmara se fortalece na polarização entre Bolsonaro e Lula.....	29

Ajustar Previdência e Assistência é a saída - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O grande drama das contas públicas brasileiras nos últimos tempos é a recente explosão do crescimento dos gastos previdenciários e assistenciais. A questão previdenciária não varia muito entre as várias esferas de governo, conforme sugerido pelas últimas estimativas disponíveis das taxas reais de crescimento dos gastos de cada uma, a seguir apresentados em ordem decrescente.

Para o conjunto dos municípios, o crescimento real médio anual do gasto previdenciário foi de 12,5% ao ano entre 2011 e 2018. Para os Estados, 5,9% entre 2006 e 2018. Para o RGPS/INSS, 5,1% entre 2006 e 2020. E para o Regime Próprio da União, de 3,6% em 2006-21, todas acima do crescimento médio real do PIB.

Daí a uma queda média real relevante dos gastos com os investimentos em infraestrutura no conjunto dos entes acima foi apenas um passo, tendo se observado a queda à taxa média real negativa de -1,5% ao ano entre 2006 e 2022, pois, em nosso país, não haveria como acomodar tanto gasto corrente sem um forte aperto nos investimentos em orçamentos com as limitações existentes no conjunto dos nossos entes públicos. Para concluir essa parte da análise, deve-se registrar a forte desabada que ocorreu nos investimentos públicos em anos mais recentes.

Onde está a origem disso tudo? Na raiz desse processo, está o forte crescimento da população idosa (a parcela acima de 65 anos), relativamente ao da população em idade ativa ou PIA (entre 15 e 65 anos). O primeiro grupo é o que recebe benefícios, e é no segundo que se originam as contribuições previdenciárias.

Isso se pode ver com clareza examinando as respectivas taxas de crescimento dessas variáveis, vale dizer, dos idosos e da PIA. Segundo apurações do IBGE, e comparativamente a 1987, a taxa de crescimento do número de idosos foi de 61,7% em 2000, e deve fechar 2024 com nada menos que 264,3%. Já no caso da PIA, essas mesmas taxas foram, respectivamente, de 34,2% em 2000 e devem fechar 2024 em 76%.

Isso sinaliza um aumento cada vez mais elevado do

valor dos benefícios relativamente ao das contribuições, daí o grande motivo de preocupação com o assunto.

O pior de tudo, contudo, são as projeções do IBGE para 2050: 678,6%, no caso dos idosos, e 65,4%, no da PIA. Chocante!

Daí segue a recomendação que devemos ter sempre em mente, de que, como os recursos públicos têm óbvias limitações para se ampliarem sistematicamente (inclusive porque, de algum tempo para cá, surgiu uma montanha de ocorrências de fraudes na gestão dos benefícios assistenciais, perdas de recursos essas que, pelo menos inicialmente, terão de ser compensadas com novas receitas), o alto preço que se paga em gastar cada vez mais na área social sem mostrar melhores resultados, é o que acabou aparecendo aqui com clareza: a desabada dos investimentos públicos em infraestrutura e, por consequência natural, das taxas de crescimento do PIB e do emprego.

Isso é particularmente verdadeiro, quando se percebe que o setor privado não consegue substituir o público na composição das inversões em infraestrutura, de forma tal que a desabada das taxas de crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura, apenas na última década e em termos da média móvel de 14 anos das taxas, acabou levando à queda brutal do que era um pico de crescimento real desse mesmo investimento em 2010, de 11,1%, para a taxa risível em termos brasileiros de -0,1% em 2020, e que a média móvel das taxas de 10 anos de crescimento do PIB tenha, por consequência, desabado simultaneamente, em nosso País, de 4% por volta de 2013, para 0,5% ao ano em 2023.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/02/18/all.pdf>

Para FGV, país cresceu 3,5%

» **RAPHAEL PATI**

De acordo com o Monitor do **PIB**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economia brasileira cresceu 3,5% no ano passado, na comparação com 2023. Os dados foram divulgados ontem e ainda não são os números oficiais do **PIB**, que é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e deve sair só no próximo mês de março.

Segundo o relatório, todos os componentes da economia tiveram crescimento em 2024, com exceção da agropecuária. Setores como indústria, serviços e consumo das famílias - que cresceu 5,2% - registraram um resultado melhor no período do que nos 12 meses anteriores. Na avaliação da coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, desde o início do ano houve um crescimento disseminado da economia em diversas atividades.

"O crescimento de 3,5% do **PIB** em 2024, embora seja semelhante ao de 2023 (3,2%), conta uma história diferente. Em 2023, o resultado foi bastante influenciado pela agropecuária e pelas exportações.

Em 2024, desde o início do ano notou-se um crescimento mais disseminado entre as diversas atividades econômicas, além dos retornos do crescimento dos investimentos", avalia Trece.

Para 2025, a coordenadora do Monitor do **PIB** avalia que o desafio deve ser maior, devido aos altos riscos, tanto no cenário interno quanto no externo. "Pelo lado interno, os juros elevados, com efeitos negativos na atividade econômica, atingem principalmente os investimentos. Já no ambiente externo, novas imposições de tarifas podem comprometer o nível das exportações", observa.

Em dezembro, o crescimento da economia foi de 0,3% na comparação com o mês anterior, descontados os efeitos sazonais. Em relação a dezembro de 2023, a taxa mensal variou positivamente em 3,1%. O último trimestre do ano registrou avanço de 4% ante o mesmo período de 2023.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/18/all.pdf>

Fazenda vê em acordo com bancos sobre litígios 'salda' para meta fiscal

O Ministério da Fazenda negocia com os maiores bancos do país os primeiros acordos no âmbito do Programa de Transação Integral (PTI), uma das principais apostas do ministro Fernando Haddad para atingir a meta de déficit zero este ano. Há otimismo na equipe econômica em relação às negociações com as instituições financeiras. Nos bastidores, é esperado que um primeiro banco firme em breve a primeira transação no âmbito do programa.

Até o momento, dois de três editais no âmbito do PTI, publicados pela **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), contam com o interesse direto tanto dos grandes bancos como de outras empresas de outros setores econômicos.

Com o programa, desenvolvido a pedido das grandes companhias, a Fazenda quer encerrar litígios tributários bilionários que se arrastam há décadas com os maiores contribuintes do país. A intenção da pasta é arrecadar quase R\$ 42 bilhões este ano com o PTI ao somar tanto as teses quanto a recuperação de créditos inscritos em dívida ativa com cobrança judicializada, conforme mostrou o Valor.

O PTI é uma inovação na negociação tributária entre a Fazenda e contribuintes. Isso porque, até ano passado, somente companhias com baixa capacidade de pagamento poderiam fechar acordos e encerrar disputas tributárias. Agora, até mesmo bons pagadores podem negociar com a equipe econômica e colocar fim aos processos.

Somadas, as teses disponíveis para negociação, incluindo os bancos e empresas de todos os setores, indicam para litígios tributários que somam quase R\$ 130 bilhões, segundo números internos da pasta.

Mas, para alcançar a arrecadação prevista de R\$ 42 bilhões, a Fazenda conta também com a negociação referente a outras teses tributárias, que serão publicadas ao longo de 2025. Há uma expectativa de discussão de 17 temas ao longo do ano. Os descontos podem chegar a até 65% do valor devido.

Em um dos editais publicados que conta com o interesse do setor financeiro, discute-se a dedução do ágio fiscal gerado em reestruturação societária dentro do próprio grupo econômico, conflito que leva a diversos litígios bilionários tanto no Judiciário quanto

no âmbito administrativo, no Conselho Administrativo

"Eliminar a dúvida poderia ser útil para maximizar a segurança jurídica" Luciana Aguiar de Recursos Fiscais (**Carf**), órgão recursal da **Receita Federal**.

Outro edital em aberto é um pouco mais amplo, discutindo, primeiro, a incidência de contribuições previdenciárias e de contribuições destinadas a outras entidades ou fundos sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados da empresa.

Esse mesmo edital também envolve a tese da incidência de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), de contribuição previdenciária e de contribuições destinadas a outras entidades ou fundos sobre os valores auferidos em virtude de planos de opção de compra de ações, os "stock options".

Após uma primeira análise dos editais, publicados no início de janeiro, os bancos levaram alguns pleitos à Fazenda por meio das entidades de representação, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional Financeira (CNF) como forma de ampliar o apetite para adesão.

Entre as regras publicadas, o contribuinte pode utilizar prejuízo fiscal e base negativa para pagar a dívida ao Fisco. Os bancos, apurou o Valor, querem um aumento deste limite, atualmente previsto em 20%. Mas há resistências nesse ponto no governo.

O segundo pleito das instituições financeiras é a realocação do depósito judicial de um contencioso que está contemplado no âmbito do PTI para um litígio que não é atingido pelo programa, diminuindo, assim, os custos para os bancos. Esse pedido já encontra perspectivas melhores na Fazenda.

O terceiro pleito é a ampliação do escopo dos editais já publicados, também de forma a tornar a adesão das instituições financeiras mais favorável, como houve no edital referente a discussões tributárias de ágio.

Na avaliação de Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados e professor do Insper, o PTI "tem um grande potencial para reduzir o estoque de litígios tributários e trazer previsibilidade para o ambiente de negócios, mas seu sucesso dependerá das condições oferecidas".

"A adesão a esses programas ainda depende de quão atrativas são as condições oferecidas. Embora os novos editais tragam melhorias, um fator que poderia aumentar o interesse do mercado seria a ampliação do limite para

compensação de **tributos** com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL", considerou, ao concordar com um dos pleitos defendidos pelas instituições financeiras.

Em sentido semelhante avaliou Luciana Aguiar, sócia do Alma Law e especialista em direito tributário. Os editais, ela comentou, poderiam ser explícitos, como foi em outros aspectos, sobre a possibilidade de adesão parcial das teses.

"Há nuances que podem fazer muita diferença na decisão de adesão em função do prognóstico da causa, logo eliminar a dúvida poderia ser útil para maximizar a segurança jurídica do contribuinte", falou a especialista.

Além dos dois editais que têm interesse direto das instituições financeiras, há um terceiro tema em discussão, que discute insu-mos produzidos na Zona Franca de Manaus e utilizados para produção de bebidas não alcoólicas, para fins de aproveitamento de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou. A Febra-ban disse que o programa de transação integral "está aberto a qualquer contribuinte de todos os setores econômicos e a Febraban, em conjunto com a CNF, tem mantido uma agenda de discussão sobre os termos dos editais, buscando viabilizar condições que possam por fim a litígios tributários de longa data entre bancos o fisco".

O presidente da CNF, Rodrigo Maia, afirmou que o "o compromisso é contribuir para a construção de uma agenda que reduza o contencioso, um dos problemas mais urgentes e graves do país hoje". "Não apenas o nosso setor tem analisado o PTI, e estamos sugerindo aprimoramentos para garantir uma participação mais ampla do setor financeiro", disse, em nota.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Isenção de R\$ 5 mil no IR beneficia 10 milhões, diz Durigan

Todo o debate sobre Imposto de Renda (IR), incluindo a proposta de isenção para salários de até R\$ 5 mil mensais, tem como premissa o equilíbrio de contas, diz o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Caso a proposta fosse aprovada, segundo Durigan, o Estado deixaria de pesar sobre 26 milhões de brasileiros, dos quais 10 milhões a mais que atualmente. A contrapartida seria a tributação dos mais ricos, o que envolve um universo de 150 mil, 160 mil pessoas.

"O trabalho do Ministério da Fazenda foi apresentar uma proposta que seja factível tecnicamente para o debate político", defendeu.

Durigan ressaltou que a proposta deve ser discutida com cuidado e "ao longo do ano" no Congresso. Ele também comentou que a proposta tem caráter de justiça social, já que é neutra do ponto de vista fiscal.

Reportagem do Valor na semana passada mostrou que Deputados da base aliada, tanto de partidos do Centrão quanto de legendas mais alinhadas ideologicamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), avaliam que o avanço da proposta sobre a isenção do R para quem ganha até R\$ 5 mil só ocorrerá caso o governo federal invista pesado na melhora da relação com o Legislativo, atue para destravar o pagamento de emendas parlamentares e execute mudanças no primeiro escalão que contemplem às legendas que sustentam a gestão petistas.

Durigan lembrou ainda que o governo reduziu o déficit primário de mais de R\$ 200 bilhões em 2023 para R\$11 bilhões no ano passado, considerando o cálculo para o cumprimento da meta.

Ele também defendeu a **reforma tributária** aprovado entre 2023 e 2024, destacando que ela vai reduzir o custo de transação e a sonegação, eliminar a guerra fiscal entre Estados e trazer maior transparência sobre o que cada um efetivamente paga.

Em relação à atividade econômica, Durigan lembrou que o governo estima crescimento de 2,3% para o **PIB** em 2025, após alta estimada de 3,5% em 2024. Indicadores antecedentes de janeiro e fevereiro, além

de dados do mercado de trabalho ao fim de 2024, indicam a desaceleração. A atividade em 2025, diz ele, deve ser puxada pelo agro.

A desaceleração, destacou, vem após dois anos seguidos (2023 e 2024) em que a economia cresceu acima do esperado. Nesse biênio, diz, a economia cresceu quase 7% e inicialmente esperava-se que cresceria pouco acima de 2%. Entre os desafios ao crescimento em 2025, diz Durigan, está a política monetária, "ainda que ela cumpra o seu objetivo relacionado à **inflação**".

Ele defende um desenvolvimento de "maneira sustentável, não a qualquer custo". "Do lado regulatório, por exemplo, este é um ano em que temos que apostar muito em ganho de eficiência, em diminuição de spread, em facilitar acesso a crédito dentro do ambiente privado, sem que a gente faça nenhum estímulo público adicional ao que já tem consagrado no Estado brasileiro." Outro desafio, diz o secretário, é "ter um ano de mais calma, do ponto de vista do câmbio, das expectativas", um trabalho que também é função do Ministério da Fazenda.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Empresários brasileiros veem impacto de Trump

JOÃO SORIMANETO

Empresários apontam as novas políticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como o principal fator externo a impactar a economia brasileira este ano, mostra pesquisa divulgada ontem pela Câmara Americana de Comércio (Amcham). As políticas de Trump são citadas por 60% dos executivos consultados. Outros 58% apontam também disputas geopolíticas e conflitos internacionais como fatores que deverão influenciar a economia brasileira.

O levantamento mostra ainda que 48% dos executivos estão preocupados com o protecionismo, o comportamento do preços das commodities e o desempenho da economia global.

A pesquisa, chamada de Plano de Voo 2025, foi realizada entre 16 de dezembro de 2024 e 21 de janeiro deste ano, com 775 altas lideranças de 775 empresas, de médio e grande porte. Juntas, elas têm R\$ 832 bilhões em receitas e geram 656 mil empregos.

- O ano de 2025 será desafiador. Há incerteza nos ambientes domésticos e no contexto global - disse Marcelo Marangon, presidente do Citi Brasil e do Conselho de Administração da Amcham.

Ele ressaltou que entre as prioridades da Amcham este ano está fortalecer as parcerias entre Brasil e EUA, ampliando as oportunidades de negócios.

JUROS E QUESTÃO FISCAL

Para os empresários, o Brasil deve buscar o diálogo e a aproximação com os EUA, enquanto 31% afirmaram que o país deve estar aberto à cooperação, sem assumir protagonismo. Outros 9% disseram que o Brasil deve ser reativo ou indiferente e não deve priorizar a relação com os EUA no atual contexto.

Os executivos, no entanto, estão otimistas com o desempenho de suas empresas este ano: 92% esperam crescimento da receita, e um terço projeta alta de 15% nos ganhos. Esses recursos virão da expansão do mercado interno e de medidas de redução de gastos e aumento de produtividade. Segundo a pesquisa, os principais desafios são as incertezas domésticas sobre os cenários econômico

(72%) e político (45%).

Preocupam os empresários os juros elevados (77%), o desequilíbrio fiscal (64%), a **inflação** elevada (63%) e o câmbio desvalorizado (59%).

O levantamento mostra ainda que, para 50% dos empresários, a **Reforma Tributária** atendeu parcialmente a suas expectativas. Outros 30%, porém, a classificaram como ruim, enquanto 14% disseram que ela foi a reforma possível.

'AUTOCONTENÇÃO'

Economistas que participaram de um seminário ontem na Amcham avaliam que os riscos de um crescimento menor da economia americana, em um cenário de **inflação** persistente e juros elevados, devem modular as ações de Trump nas disputas comerciais com outros países.

Para a economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, as primeiras medidas de Trump, como tarifaço e deportação de imigrantes, trazem pressão inflacionária. Então, explica, a agenda do novo presidente será modulada para não prejudicar o crescimento da economia:

- A autocontenção de Trump virá na medida em que o crescimento da economia pode ser afetado, já que isso pode trazer margem de apoio menor ao governo.

Ana Paula observa que a fragmentação do comércio mundial, em decorrência das tarifas de Trump, "traz produtividade menor com riscos inflacionários".

Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, avalia que Trump tem se mostrado mais protecionista do que negociador. Para o Brasil, diz, "o risco está no bilateral". Ele calcula que as tarifas de 25% sobre o aço terão impacto entre US\$ 7 bilhões e US\$ 10 bilhões na balança comercial, o que não é significativo.

NEGOCIAÇÃO DIFÍCIL

Já o diretor para as Américas da consultoria Eurasia, Christopher Garman, considera que o Brasil terá "uma negociação mais difícil do que no primeiro mandato" de Trump, para quem as tarifas são um meio de fazer política industrial e criar empregos locais:

-Negociar redução de tarifas sobre o aço vai ser mais complicado. O Brasil terá de mostrar a importância do aço brasileiro para a economia americana -disse Garman.

Ele vê Trump mais confiante em si mesmo, e a prova disso são os anúncios feitos sem muito planejamento com sua própria equipe, como as tarifas de 25% sobre produtos de México e Canadá, adiadas logo depois.

Garman aponta como calcanhar de Aquiles do governo Trump o grau de uso dessas tarifas, que podem trazer inflação e mais custos para a economia americana:

- A deportação e as tarifas podem trazer inflação para os Estados Unidos e quedado PIB.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária do consumo: o que muda para as empresas com a nova lei?

Foi publicada recentemente a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a **reforma tributária** sobre o consumo e marca um novo momento para empresas de todos os setores produtivos. Com a substituição de **tributos** como PIS, Cofins, ICMS e ISS pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), é importante avaliar os impactos dessa mudança e se preparar para a implementação do novo sistema.

Mesmo com a promulgação da lei, muitas questões pendentes de regulamentação continuam a gerar incertezas sobre os impactos reais da reforma. Um dos principais desafios é a alteração na sistemática de créditos tributários. Até então, as empresas podiam utilizar créditos de PIS e Cofins pelo regime de competência. Com a nova legislação, a apuração passará a ocorrer pelo regime de caixa, o que pode afetar o fluxo de caixa de empresas que operam com recebimentos a prazo.

A implementação do sistema de liquidação automática (Split Payment) também é um ponto-chave para a transição. Esse mecanismo deve permitir a dedução automática dos créditos antes mesmo da cobrança do IBS e da CBS, o que exige ajustes nos sistemas operacionais e administrativos das empresas.

Outro aspecto fundamental é a definição das alíquotas da CBS e do IBS. Há discussões sobre patamares entre 26,5% e 29%, considerando possíveis isenções e reduções para setores específicos, como empresas do Simples Nacional. Essa incerteza dificulta a projeção da carga tributária e a neutralização dos créditos.

A reforma também exige revisão de contratos com fornecedores de serviços. A nova legislação estabelece que apenas reembolsos de despesas efetuadas por conta e ordem de terceiros, com documentação fiscal apropriada, estarão isentos da tributação. Caso contrário, esses valores serão considerados parte do preço do serviço e integrarão a base de cálculo dos novos **tributos**. Isso impacta setores que lidam com custos adicionais, como consultorias, despesas de viagem e hospedagem.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Além disso, a lei traz regras mais rigorosas para transações entre empresas do mesmo grupo econômico. Operações de fornecimento de bens ou serviços a partes relacionadas deverão seguir o valor de mercado, sujeito à fiscalização das autoridades tributárias. Isso gera impactos para empresas que compartilham estruturas administrativas ou operacionais, pois essas transações poderão ser tributadas se não forem enquadradas corretamente.

Outro ponto sensível é a compensação de créditos de PIS e Cofins decorrentes de decisão judicial. A lei não esclarece se esses créditos poderão ser utilizados para compensar a CBS, gerando insegurança jurídica para empresas que aguardam restituição de valores.

No aspecto operacional, a exigência de emissão de nota fiscal para todas as transações levanta dúvidas sobre situações específicas, como locação de imóveis e cessão de direitos. Além disso, a transição em 2026, quando o IBS será compensado com o PIS e Cofins, ainda suscita questionamentos sobre o impacto na precificação de produtos e serviços.

A implementação da **reforma tributária** sobre o consumo é um desafio que exige planejamento e adaptação das empresas. A revisão de processos, contratos e sistemas de gestão será fundamental para mitigar riscos e garantir conformidade com as novas regras. Apesar das incertezas, este é o momento de se preparar para a mudança e iniciar a transição com resiliência e estratégia.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Reforma tributária do consumo: o que muda para as empresas com a nova lei?

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/02/reforma-tributaria-do-consumo-o-que-muda-para-as-empresas-com-a-nova-lei.shtml>

Alcolumbre encontra líderes do Senado para definir comando de comissões permanentes

Brasília|Lis Cappi e Rute Moraes, do R7 em Brasília

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se reunirá nesta terça-feira (18), com líderes partidários da Casa para definir o comando das comissões permanentes. A ideia é que os colegiados sejam instalados na quarta-feira (19) pela manhã, com a eleição dos presidentes e vices-presidentes.

No mesmo dia, deverá ocorrer a primeira sessão deliberativa do Senado após a eleição de Alcolumbre ao comando da Casa. A pauta também será definida na reunião de amanhã, que ocorrerá na Residência Oficial do Senado, às 14h.

Como mostrou o R7, o desenho dos comandos dos colegiados está praticamente definido, faltando apenas decidir as vice-presidências. A CCJ, principal comissão, ficará com o senador Otto Alencar (PSD-BA). O partido também poderá ficar com a Comissão de Relações Exteriores.

O parlamentar baiano já indicou que quer priorizar pautas econômicas e destacou o projeto complementar à **reforma tributária**. Alencar também pretende dar destaque à proposta que amplia a isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que ganham até R\$ 5.000. O projeto está entre as prioridades do governo para o Congresso Nacional neste ano.

No caso do PL, o partido deve ficar com duas comissões: Segurança Pública, com a continuidade de Flávio Bolsonaro (RJ), e Infraestrutura, com Marcos Rogério (RO).

O PT deve ter as comissões de Educação e do Meio Ambiente, com Teresa Leitão (PE) e Fabiano Contarato (PE), respectivamente.

Em outras frentes, há expectativa de que Renan Calheiros (MDB-AL) fique com a Comissão de Assuntos Econômicos, e Marcelo Castro (MDB-PI), com a Comissão de Assuntos Sociais. O MDB também deve ficar com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, mas ainda não há uma definição de nome.

O Republicanos ficará com a Comissão de Direitos Humanos e prevê confirmar o nome da senadora

Dameres Alves (DF). Confira a provável formação das comissões do Senado:

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/alcolumbre-encontra-lideres-do-senado-para-definir-comando-de-comissoes-permanentes-18022025/>

Lula ataca distribuidor pelo combustível caro

» **MAYARA SOUTO** » **FERNANDA STRICKLAND**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuiu a alta dos preços dos combustíveis aos estados e aos distribuidores. Segundo ele, "o povo é assaltado pelo intermediário" e a população "precisa saber quem xingar" quando o diesel, a gasolina e o etanol sobem de preço.

"A gasolina sai da Petrobras a R\$ 3,04 e, na bomba, é vendida a R\$ 6,49 - ou seja, o dobro. Mas, quando sai o aumento, o povo acha que é a Petrobras que aumentou.

E nem sempre é a Petrobras, porque cada estado, cada posto, tem liberdade de aumentar a hora que quer. E os **impostos** pagos são o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para os estados, com o último aumento que teve agora", criticou Lula, na cerimônia do Programa de Renovação da Frota Naval do Sistema Petrobras, em Angra dos Reis (RJ).

Segundo o presidente, "o óleo diesel sai da Petrobras a R\$ 3,77.

O cara vai encher o tanque do carro e paga R\$ 6,20. O mais grave é o preço do gás. O povo não sabe que o botijão de 13 litros sai da Petrobras a R\$ 35. Entretanto, depois que é entregue, chega a R\$ 140, R\$ 120, dependendo do ICMS. Na verdade, o povo paga o triplo do que sai da Petrobras".

Venda direta.

Para Lula, a Petrobras deve estudar uma forma de vender diretamente ao consumidor para baratear o preço. "Se puderem comprar direto para que a gente possa baratear o preço do diesel...

Vender direto gasolina e gás porque o povo é assaltado pelo intermediário. E a fama fica para o governo", lamentou.

Em 1º de fevereiro, as alíquotas do ICMS foram atualizadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), vinculado ao Ministério da Fazenda. O diesel teve aumento de R\$ 0,06, a gasolina e o etanol de R\$ 0,10 e o gás de cozinha ficou R\$ 0,02 mais barato. Na mesma ocasião, a Petrobras também promoveu um reajuste no diesel, que aumentou R\$ 0,22.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgados ontem, mostram que os preços do etanol subiram em 17 estados e no Distrito Federal, na semana passada. A média de aumento foi de 0,46% em relação à semana anterior, alcançando R\$ 4,39 por litro. Em oito estados, houve queda no preço do combustível - apenas Pernambuco permaneceu com valores inalterados.

Considerando as médias estaduais, o menor preço do etanol foi verificado no Mato Grosso do Sul (R\$ 4,11/litro) e o maior, no Amapá (R\$ 5,52/litro).

De acordo com Eric Gil Dantas, economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), a crítica de Lula chama a atenção para um "grande problema". "De julho de 2021 até hoje, a margem de distribuição e revenda (parcela do valor da gasolina que fica com postos e distribuidoras) aumentou 96%.

No gás de cozinha, a situação é ainda mais dramática. A margem no GLP subiu, de dezembro de 2020 até hoje, 90%", disse.

Eric utilizou datas diferentes para comparação, com um recorte de tempo (2021-2022) em que houve frequentes reajustes.

"Com os preços subindo - e às vezes descendo -, tanto as distribuidoras quanto as revendedoras aproveitaram o caos e a perda de referência para ir subindo constantemente a parcela que fica com eles. Subia quando a Petrobras subia e, depois, não descia de volta, quando a estatal reajustava para baixo", observou.

Impostos.

Porém, segundo Paulo Tavares, presidente do Sindicombustíveis DF - entidade que reúne os distribuidores -, o problema está na tributação incidente sobre o produto, que faz com que encareça substancialmente. "É preciso entender o preço da gasolina que sai da Petrobras, hoje, que, realmente, está em R\$ 3,04.

Os **impostos** federais (PIS, Cofins e Cide) somam R\$ 0,80. Ou seja, são 25% de acréscimo sobre o preço da Petrobras. Além disso, temos o custo do ICMS nos estados - são os governadores que ficam com esse recurso e estamos falando de R\$ 1,47. São mais 48% de acréscimo. Quer dizer: mais de 70% desse preço

dobrado de que o presidente fala, e que chega à bomba, é somente de **impostos**. O problema não é o posto. É o imposto", salientou.

Tavares acrescenta, ainda, que as três principais distribuidoras do país - Vibra, Ipiranga e Raizen - detêm mais 15% do lucro do preço da bomba, e para os postos de combustível restam 10%. O Correio também buscou a posição do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) sobre as críticas de Lula, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Mais pressão por exploração.

A Petrobras somou-se à pressão do governo federal pela exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira. No evento de ontem, em Angra dos Reis (RJ), a presidente da estatal, Magda Chambriard, afirmou que a empresa está "pisando no acelerador" e que a exploração será feita de forma "extremamente segura".

A afirmação vem na sequência das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos entraves colocados para a prospecção da região, que se estende entre os litorais do Amapá e do Rio Grande.

Magda reforçou que, caso a licença para exploração seja concedida, a Petrobras adotará rigorosos protocolos de segurança.

"Se obtivermos a licença, faremos tudo de forma extremamente segura. O senhor (Lula) pode ficar absolutamente tranquilo. A Petrobras demonstra, a cada dia, compromisso com o Brasil e com a segurança de nossas operações", afirmou. Ela acrescentou que, se autorizado, o Amapá terá "o melhor aparato de resposta de emergência já visto no mundo".

A presidente da Petrobras mandou um recado aos parceiros da estatal. "Estamos pisando no acelerador. Fornecedores brasileiros: estejam preparados, seja para fazer navios, para exploração e produção de petróleo e gás, seja para fazer refinarias e ampliação de capacidade de refino", advertiu.

A Petrobras aposta na construção da unidade de estabilização e despetrolização de fauna, em Oiapoque (AP), como principal argumento para a obtenção da licença junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/18/all.pdf>

Índice do BC aponta expansão de 3,8% em 2024

BERNARDO LIMA

O índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**), cresceu 3,8% em 2024 na comparação anual, afirmou ontem o Banco Central (BC). O resultado veio levemente acima do projetado por analistas, de 3,7%, segundo estimativas coletadas pelo Valor Data.

Considerando-se apenas o mês de dezembro, no entanto, o indicador do BC registrou retração de 0,7%, maior que o 0,4% esperado pelo mercado.

Para o economista Alexandre Chaia, a desaceleração da atividade no mês é fruto de um conjunto de fatores como **inflação** e juros altos, que desestimulam o consumo da população e os investimentos:

- Acho que tem um terceiro elemento que precisa ser considerado, que é uma eventual desconfiança da economia agora para 2025. Isso pode ter se refletido ali no fim do ano, fazendo com que as pessoas diminuíssem as suas disposições a gastar.

Outro parâmetro é o crescimento trimestral móvel, que considera os últimos três meses da série. Neste caso, a atividade econômica desacelerou no período de outubro, novembro e dezembro do ano passado, e o IBC-Br ficou estável.

JUROS FUTUROS CAEM

Apesar dessa desaceleração, a economista e professora do Insper Juliana Inhasz aposta que a alta de juros promovida pelo BC a partir de setembro, período em que a Selic passou de 10,5% para 13,25%, não deve ser interrompida em um futuro próximo:

-A gente tem de levar em consideração que a empregabilidade da economia ainda é bem elevada, com uma taxa de desemprego baixíssima. Então, a gente pode ter uma taxa de juros mais baixa no futuro? Até pode, mas parece que esse futuro ainda está distante, pois, apesar da desaceleração econômica, a economia ainda está superaquecida - disse Juliana.

Segundo o economista-chefe do Banco BMG, Flávio

Serrano, os resultados divulgados pelo BC apontam para uma desaceleração econômica. Apesar disso, diz, a autoridade monetária deve prosseguir com a alta de juros e elevar a Taxa Selic para 14,75% em maio:

- O **PIB**, que deve ter fechado 2024 com crescimento próximo de 3,5%, deverá desacelerar para cerca de 2% em 2025, e o resultado só não será mais fraco por conta do **PIB** agropecuário: devido à safra de grãos que será muito boa neste ano, com destaque para a soja, projetamos crescimento de quase 7% para o **PIB** da agricultura.

Logo após a divulgação, os juros futuros negociados no mercado começaram a recuar. A taxa do depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 cedeu de 14,765% para 14,665%. Para 2027, recuou de 14,72% a 14,575%, e para 2029, de 14,45% a 14,315%.

Já o dólar encerrou em alta de 0,29%, a R\$ 5,711.

O IBGE divulgará o **PIB** fechado de 2024 em março. A equipe econômica estima um crescimento de 3,3%.

O IBC-Br verifica o volume da produção da agropecuária, da indústria e do setor de serviços, além dos **impostos** sobre a produção. A metodologia do IBGE é mais abrangente, pois inclui consumo das famílias, gastos do governo e investimentos de empresas. (Colaborou Isa Morena Vista)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com popularidade em queda, Lula cobra "atitude" da Petrobras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a Petrobras e o governo "levam a fama" quando é preciso reajustar preços dos combustíveis. Segundo ele, a gasolina e o diesel são vendidos nas bombas pelo dobro do preço praticados pelas refinarias da estatal. Lula defendeu que a Petrobras "tome uma atitude" e venda combustíveis diretamente para os grandes consumidores, pois "o povo é assaltado pelo intermediário".

O presidente fez as declarações duas semanas depois de a Petrobras reajustar, no começo do mês, os preços do diesel. A estatal não mexia nos preços do derivado havia mais de um ano. A fala também ocorre quando Lula está sob pressão pela queda acentuada de popularidade, segundo pesquisas.

A Petrobras vem há tempos tentando mostrar que recebe apenas uma parte do valor de cada litro de gasolina ou diesel vendido na bomba. No caso da formação do preço da gasolina, por exemplo, a empresa diz que a parcela que lhe cabe corresponde a 34,7% do preço total na média praticada no país. Há ainda **impostos** federais (10,8%), **tributos** estaduais (23,1%), custo do etanol anidro adicionado (13,8%) e margens de distribuição e revenda (17,6%).

No caso da venda direta defendida por Lula, a Petrobras já vem fazendo contratos com grandes consumidores envolvendo óleo diesel. Em evento recente, o diretor de comercialização da Petrobras, Cláudio Schlosser, citou como clientes a Vale e uma companhia de ônibus. Schlosser disse que a Petrobras tem conversado com outras empresas para ampliar a parceria. Os volumes e os valores não foram divulgados. Segundo a Petrobras, a venda direta de diesel para grandes consumidores, regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), tem como objetivo complementar o portfólio de soluções comerciais ofertadas pela Petrobras. O formato também permite que a Petrobras apresente o diesel com maior parcela renovável, o diesel R5, para os consumidores de maneira mais simples: "É uma forma de nos aproximar do consumidor", disse Schlosser.

Marcus DTLia, sócio da Leggio Consultoria, afirmou que a parcela do custo do combustível referente à distribuição e revenda é, em média, de cerca de 18%. Parte deste valor refere-se a custos logísticos e

operacionais, que existirão para entregar o combustível também ao grande consumidor. Outro ponto, salientou, é o fato de a Petrobras, como produtora de diesel e gasolina, não poder comercializar produtos diretamente a consumidores: "O fornecimento direto ocorre apenas mediante autorização e para o uso em programas de teste e desenvolvimento de produtos." É o caso dos contratos com a Vale.

Ao participar de cerimônia de lançamento de licitação, pela Transpetro, de oito navios gaseiros e de assinatura de protocolo de intenções para revitalização de plataformas em fim de vida útil, na segunda-feira (17), Lula dirigiu-se à presidente da estatal, Magda Chambriard, para pedir que se reforçasse a comunicação sobre o que acontece na formação dos preços dos derivados. "É importante informar ao povo quem é o responsável disso, para xingar o filho da mãe quando aumenta o preço", disse Lula. Acrescentou que os Estados são responsáveis pela cobrança do ICMS, cujo valor em reais por litro foi reajustado.

Como ocorreu em outras cerimônias envolvendo a Petrobras, Lula criticou a venda de ativos da petroleira e a privatização de estatais. Citou Eletrobras e Vale e afirmou que a extrema direita ganhou a batalha da comunicação de que o Estado é corrupto e ineficaz, como justificativa para a venda de empresas públicas. Disse também ser necessário assumir a responsabilidade de defender com mais coragem "aquilo que a gente acredita", que é o papel do Estado indutor do desenvolvimento, senão "vão tentar privatizar" a Petrobras.

Em meio à popularidade mais baixa dos três mandatos no Planalto, segundo pesquisa recente Da-fofolha, Lula aproveitou o evento para adotar tom eleitoral. O petista criticou mais uma vez a Lava-Jato. Lula ficou preso após investigações da operação apontarem que o petista teria recebido um triplex no Guarujá como propina da empreiteira OAS. Lula foi condenado no processo, mas a ação foi anulada após o Supremo Tribunal Federal (STF) entender que a Vara Federal de Curitiba não tinha competência para julgar o caso.

"Resolveram transformar a Lava-Jato numa espécie de caça-níquel contra os trabalhadores da Petrobras e contra todos que neste país defendem a Petrobras",

disse Lula. A mesma tônica foi adotada por aliados na cerimônia. "A Lava-Jato destruiu a indústria nacional, a engenharia nacional, além de toda a injustiça que fizeram contra o presidente", disse a representante dos trabalhadores no conselho de administração da Petrobras, Rosângela Buzanelli. Apesar das críticas, as investigações da Lava-Jato resultaram em processos motivados por denúncias de corrupção e desvios de recursos da Petrobras.

Os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e Trabalho, Luiz Marinho, usaram o palco para projetar Lula como candidato à reeleição. "Olhando para aquilo que estamos construindo nesses dois anos de Lula 3, se Deus quiser, vamos continuar no Lula 4", disse Silveira. Lula vive a pior aprovação, de 24%, de acordo com o Datafolha divulgado semana passada. É o menor patamar de popularidade do petista em seus três mandatos. A reprovação do presidente também é recorde, de 41%.

A pior aprovação de Lula vem na esteira de crises nos últimos dois meses, entre elas, a do pix, quando o governo tentou ampliar a fiscalização do método de pagamento.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Haddad vê inflação dentro da normalidade

» **RAFAELA GONÇALVES**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a **inflação** no patamar entre 4% e 5% está dentro da normalidade para o Plano Real. A declaração foi dada durante a conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Al-Ula, na Arábia Saudita.

"O Brasil tem feito um trabalho, tentando encontrar um caminho de equilíbrio e sustentabilidade mesmo em fase de um ajuste importante. O Brasil deixou uma **inflação** de dois dígitos há três anos. Hoje temos uma **inflação** em torno de 4% a 5%, que é uma **inflação** relativamente normal para o Brasil desde o Plano Real há 26 anos", disse o ministro.

Haddad participou do painel "Um caminho para a resiliência dos Mercados Emergentes". Em seu discurso, ele abordou como a valorização do dólar pressionou a **inflação** no Brasil, levando o Banco Central a adotar uma política monetária contracionista.

"Por isso o Banco Central teve de intervir para garantir que a **inflação** fosse controlada", destacou.

Enquanto isso, economistas do mercado financeiro voltaram a elevar suas projeções para a **inflação** pela oitava semana consecutiva.

Segundo os dados do último Boletim Focus, divulgados nesta pelo Banco Central (BC), a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2025 passou de 5,58% para 5,60%. Para 2026, a projeção subiu de 4,30% para 4,35%. A estimativa para 2027 subiu de 3,90% para 4,00%, enquanto para 2028, passou de 3,78% para 3,80%.

A revisão das projeções afasta ainda mais a **inflação** da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3% em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

A manutenção das expectativas acima da meta sugere que há incertezas fiscais e externas pesando nas decisões dos agentes econômicos, o que pode dificultar a convergência da **inflação**.

No que diz respeito aos juros, a expectativa é de que a taxa básica da economia, a Selic, encerre o ano em 15%. De acordo com Haddad, a recente valorização do real frente ao dólar pode ajudar no controle dos

preços e interromper o ciclo de alta na taxa básica de juros, a Selic. "O aumento das taxas será no curto prazo.

O dólar voltou a um nível adequado e caiu 10% nos últimos 60 dias. Eu acho que isso vai fazer com que a **inflação** se estabilize", afirmou.

Eficácia comprometida Mesmo com a Selic elevada, o fato de as expectativas de **inflação** não cederem no ritmo esperado pode indicar um misto de fatores, conforme destacou Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos. "Uma resistência inflacionária estrutural, dúvidas sobre a condução da política fiscal e um possível repasse cambial, já que o dólar segue em patamar elevado", disse, ao apontar as possíveis razões.

Segundo ele, esse cenário "compromete a eficácia dos juros altos e reforça a necessidade de uma comunicação mais clara do BC e do governo sobre a estratégia para equilibrar crescimento e controle da **inflação**".

"O corte de juros, que antes parecia um cenário possível para o fim do ano, pode ser postergado se essa deterioração das expectativas continuar", avaliou.

"O mercado parece estar antecipando que a **inflação** pode exigir um ajuste mais incisivo e prolongado, o que pode impactar a recuperação da atividade econômica e manter o custo de capital elevado.

O desafio agora é entender até que ponto esse movimento é reflexo de uma **inflação** persistente ou apenas uma reação temporária do mercado", completou Lima.

João Kepler, CEO da Equity Fund Group, alertou ainda sobre os possíveis efeitos da taxa de importações pelos Estados Unidos. "Esse ambiente de instabilidade reforça a necessidade de uma comunicação clara das autoridades econômicas e de medidas que tragam previsibilidade para o mercado.

Ainda não sabemos os efeitos reais das políticas tarifárias de Trump, mas acredito que ainda devemos sentir", ponderou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/18/all.pdf>

Prévia do PIB confirma desaceleração da economia

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, registrou uma queda intensa em dezembro de 2024, mas encerrou o ano com crescimento de 3,8%. Segundo os dados, divulgados pelo Banco Central (BC), o indicador recuou 0,73% no último mês do ano, consolidando uma desaceleração da economia brasileira no 4º trimestre.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o índice teve alta de 2,4%. A perda de fôlego nos últimos meses de 2024 ocorreu após a atividade econômica nacional alcançar, em agosto, o maior nível de toda a série histórica, iniciada em janeiro de 2003, de 153,7 pontos.

A queda registrada em dezembro surpreendeu as projeções no mercado. A expectativa do economista-chefe do Banco Bmg, Flávio Serrano, era de que o indicador tivesse registrado crescimento de 0,4% no período.

O resultado, segundo ele, coloca "um risco de o **PIB** também surpreender negativamente na próxima divulgação". "O resultado de hoje se soma aos diversos dados divulgados que apontam para uma desaceleração econômica mais dispersa entre os diversos setores da economia", disse.

A projeção atual do BC para a expansão da economia brasileira em 2024 é de crescimento de 3,5%, conforme o mais recente Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), divulgado em dezembro.

A estimativa é ligeiramente maior que a projeção mais recente do Ministério da Fazenda, que é de 3,3%.

"O **PIB**, que deve ter fechado 2024 com crescimento próximo de 3,5%, deverá desacelerar para cerca de 2,0% em 2025 e o resultado só não será mais fraco por conta do **PIB** agropecuário - devido à safra de grãos que será muito boa neste ano, com destaque para a soja, projetamos crescimento de quase 7% para o **PIB** da agricultura", avaliou Serrano.

Apesar do dado mais fraco, as perspectivas sobre a condução da política monetária não foram alteradas. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) acontecerá em março e a expectativa é de

um aumento da taxa básica de juros, a Selic, em 1 ponto percentual.

"Em resposta a essas pressões inflacionárias persistentes, o Copom decidiu, em sua última reunião, aumentar a taxa Selic em 1 ponto percentual, alcançando 13,25% ao ano", lembrou Pedro Ros, CEO da Referência Capital. (RG)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/18/all.pdf>

Haddad diz que inflação de 5% é "relativamente normal"; meta do BC é 3%

Em meio aos receios com a alta de preços, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Brasil tem uma **inflação** em torno de 4% a 5% e que isso está "relativamente" dentro da normalidade para o Plano Real, reforçando que o País deixou para trás o período em que os indicadores de preços superavam o patamar dos dois dígitos.

"O Brasil tem feito um trabalho, tentando encontrar um caminho de equilíbrio e sustentabilidade, mesmo em fase de um ajuste importante", disse Haddad, ao participar de conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na Arábia Saudita. "O Brasil deixou uma **inflação** de dois dígitos há três anos. Hoje, temos uma **inflação** em torno de 4% a 5%, que é uma **inflação** relativamente normal para o Brasil desde o Plano Real."

O ministro disse ainda que a valorização do dólar no mundo pressionou a **inflação**. Isso exigiu a ação do Banco Central, que adotou uma política monetária contracionista para controlar a **inflação**. Com a valorização do real ante o dólar nas últimas semanas, Haddad espera uma estabilização de preços.

"Com a valorização do dólar pelo mundo, isso acabou nos fazendo ter problemas com **inflação** no segundo semestre do ano passado. Por isso, o Banco Central teve de intervir para garantir que a **inflação** fosse controlada", disse.

LONGE DA META. Em 2024, a **inflação** oficial do País, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA), fechou em 4,83%, acima do teto da meta (de 4,5%), pu-

xada pelo impacto do câmbio e pela alta de preços dos alimentos. Economistas afirmam que a preocupação com o IPCA segue agora em 2025, apesar da menor pressão do câmbio até agora. Para Heron do Carmo, da FEA/USP, o governo deveria focar no controle dos gastos públicos, em vez de depender exclusivamente da política monetária. "**Inflação** é sempre preocupante, especialmente no Brasil", diz ele (mais informações na pág. B3).

A trajetória dos preços também é monitorada de perto pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, que já indicou mais uma alta de um ponto porcentual para a Selic na sua reunião de março - o que levaria a taxa

básica de juros para 14,25% ao ano.

Pelo relatório Focus (uma compilação feita pelo BC) divulgado ontem, o mercado voltou a aumentar a previsão para o IPCA no ano: a mediana foi de 5,58% para 5,6%, 1,10 ponto porcentual acima do teto da meta. Foi a 18.a semana consecutiva de aumento das estimativas. Um mês antes, o índice esperado era de 5,08%.

Também ficou mais alta a previsão do mercado para os preços no próximo ano, com a mediana saindo de 4,30% para 4,35%.

A partir deste ano, a meta começa a ser apurada de forma contínua, com base na **inflação** acumulada em 12 meses. O centro continua em 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. Se o IPCA ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, considera-se que o Banco Central perdeu o alvo. FERNANDA TRISOTTO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Inflação sempre preocupa, especialmente no Brasil'

O economista Heron do Carmo, professor sênior da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), está mais preocupado com os efeitos dos gastos do governo na **inflação** deste ano do que com a alta dos preços dos alimentos. Nas suas contas, a **inflação** de alimentos deve ficar este ano muito próxima da **inflação** geral - que ele projeta em 5,5%, lembrando que nos últimos anos a variação de preços de alimentos superou com folga a **inflação** da economia como um todo.

Na análise de um dos maiores especialistas em **inflação**, o foco atual é o descontrole do gasto público. Aliás, sua projeção de que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) atinja 5,5% este ano parte da premissa de que o governo adote medidas que tranquilizem o mercado com relação a um maior controle dos gastos públicos. "Não se trata de deixar de gastar", pondera Heron. "É simplesmente controlar o aumento das despesas, gastar com consciência pensando no futuro do País, não na próxima eleição municipal ou governos que ficam prisioneiros de pesquisas eleitorais."

Ele ressalta, ainda, que no combate à **inflação** a política fiscal deveria ser o ator principal, não coadjuvante da política monetária. E que a configuração atual que privilegia a alta dos juros tem um custo muito alto para a sociedade, que é o aumento da dívida pública.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

A **inflação** hoje preocupa?

Inflação é sempre preocupante, especialmente no Brasil.

Por quê?

Nós já vivemos, no passado, situações de descontrole da **inflação**. Lá atrás chegou a 100% ao mês e depois apresentou trajetória descendente. Sabemos da dificuldade de reduzir a **inflação** diante de uma série de demandas sociais que temos e também diante de restrições de ordem política e institucional. Vários governos tomaram medidas para conter a **inflação** e depois reduzir, com os planos de estabilização. Mas sempre com uma dificuldade: a política fiscal como coadjuvante da política monetária. Deveria ser o

inverso. A política fiscal dando mais estabilidade, com a dívida pública sob controle, e a política monetária fazendo com que os choques não se incorporem à taxa de **inflação**. Tivemos um relativo sucesso, porque raramente desde o Plano Real a **inflação** rompeu 10% ao ano. Estávamos no caminho de trazer a **inflação** para 3%. Mas esse compromisso frouxo com o controle fiscal criou um problema para que a **inflação** continuasse a se manter dentro da meta. Digo isso porque choques ocorrem, tanto no sentido positivo como no negativo. Faz parte da vida. Mas o importante é a tendência que agora pode ser de uma queda bem suave da **inflação** ao longo do tempo.

O problema da **inflação** hoje é a questão fiscal?

O problema é o gasto público. A economia está aquecendo em marcha forçada. Isso estimula a demanda agregada. Como o Brasil investe muito pouco, a oferta agregada não tem condições de acompanhar o ritmo da demanda. E uma das consequências é justamente a **inflação**. Como a política monetária tem sido ativa, o Brasil tem operado com taxas de juros muito altas. Isso tem um custo, que se desdobra no custo fiscal, que é justamente o quanto se paga para rolar a dívida interna.

E os alimentos?

Se verificarmos o que aconteceu com os alimentos desde o ano passado e analisarmos o comportamento deles relativamente à **inflação** de anos anteriores, verificamos que o diferencial dos preços dos alimentos em relação à **inflação** geral em 2024 não foi tão grande como em anos anteriores. Já houve diferenças muito maiores no passado, com a **inflação** de alimentos muito acima do índice geral. Mas, para a população, o lado mais visível da **inflação** é o alimento que está subindo de preço. Se tem algum produto que está caindo de preço, ela não se importa. As pessoas têm uma visão seletiva. Isso é bom: elas se preocupam com aquilo que subiu. Mas isso cria um problema político, evidentemente. A minha leitura é que o que motivou o governo a propor uma série de coisas foi a percepção do impacto do aumento de preço de alguns alimentos: carne, café e laranja.

Como o sr. avalia a **inflação** de alimentos?

Alimentos muito importantes, como carne e café, ainda

estão com a oferta pressionada e devem continuar subindo acima da **inflação**. Boa parte do índice de alimentação está ligado ao setor de carne. O aumento da carne bovina afeta o preço da carne suína, do peixe, do frango, dos ovos e dos derivados de carne. Tudo isso tem uma participação grande no IP-CA. Na média, a **inflação** de alimentos deste ano tende a ficar próxima da **inflação** geral.

Quanto o sr. projeta de **inflação** geral para este ano?

Eu diria que a **inflação** deve ficar em 5,5% com uma ressalva: desde que sejam adotadas medidas que tranquilizem os mercados de que haverá uma atenção maior ao controle dos gastos públicos. Se isso ocorrer, teremos este ano uma **inflação** um pouco maior do que a do ano passado, devido a fatores de inércia. A **inflação** passada é repassada para um conjunto de preços, principalmente os serviços, que são indexados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad vê 'normalidade' e possível queda da inflação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, 17, que a **inflação** no Brasil está em tomo de 4% a 5%. Segundo ele, este patamar é "relativamente" denúo da normalidade para o que a economia brasileira registrou após a implementação do Plano Real.

"O Brasil tem feito um trabalho, tentando encontrar um caminho de equilíbrio e sustenta-bilidade mesmo em fase de um ajuste importante. O Brasil deixou uma **inflação** de dois dígitos há três anos. Hoje temos uma **inflação** em torno de 4% a 5%, que é uma **inflação** relativamente normal para o Brasil desde o Plano Real", disse.

Haddad participou do painel Um caminho para a resiliência dos Mercados Emergentes, na Conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Al-Ula, na Arábia Saudita.

O ministro ponderou que a valorização do dólar no mundo pressionou a **inflação** no Brasil, o que levou o Banco Central a adotar uma política contracionista.

"Com a valorização do dólar pelo mundo, isso acabou nos fazendo ter problemas com **inflação** no segundo semestre do ano passado. Por isso o Banco Central teve de intervir para garantir que

a **inflação** fosse controlada", afirmou o ministro.

Na estreia do novo presidente do BC, Gabriel Galípolo, no comando do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC elevou a taxa Selic em um ponto percentual, para 13,25% ao ano. O Banco Central ainda confirmou a sinalização de que deve subir mais um ponto percentual e chegar a 14,25% ao ano em março

Segundo o ministro da Fazenda, a recente valorização do real em relação ao dólar pode ajudar no controle da **inflação** e evitar novas subidas de juros. "O aumento das taxas será no curto prazo. O dólar voltou a um nível adequado e caiu 10% nos últimos 60 dias. Acho que isso vai fazer com que a **inflação** se estabilize", comentou Haddad.

Em seu discurso, Haddad defendeu que o ajuste fiscal implementado pelo governo não é recessivo. O ministro reafirmou que o crescimento econômico ficou em torno de 3,5% no ano passado. O resultado do

Produto Interno Bruto será divulgado pelo IBGE no dia 7 de março.

O índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado como prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**), cresceu 3,8% em 2024, em relação ao ano anterior, divulgou o Banco Central nesta segunda-feira.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Analistas esperam negociação mais dura com EUA

O Brasil terá mais dificuldade em renegociar o impacto das tarifas aplicadas pelo governo do presidente americano Donald Trump no segundo mandato do republicano do que no primeiro. Para fugir do noticiário negativo - em especial o político - que pode atrapalhar as negociações, também cairia bem ao governo brasileiro país trabalhar na construção de uma agenda de interesses convergentes com a nova administração dos Estados Unidos.

Estas foram algumas das recomendações trazidas por analistas e economistas presentes em um evento organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil). Eles também ponderaram que a redução da desancoragem das expectativas dos agentes no front doméstico ajuda a impedir que potenciais solavancos do exterior sejam amplificadas sobre a economia que já enfrentará um ano de crescimento mais tímido.

O primeiro desafio já está sobre a mesa: as tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio brasileiro. Para o diretor-executivo para as Américas da consultoria Eurasia, Christo-pher Garrnan, o processo para mitigar o impacto das tarifas será parecido com o de 2018, só que mais árduo. "Da outra vez, houve pressão também dos produtores americanos que dependem do aço que vem de fora. O trabalho do Brasil é novamente falar com esses compradores, expor importância do produto brasileiro", disse.

A questão é que, diferentemente do que ocorreu em sua primeira passagem pela Casa Branca, o republicano se mostra mais convicto de que as tarifas são a ferramenta certa para estimular a economia e trazer empregos para os EUA. Prova disso é que tem feito anúncios sem aval ou planejamento completo de sua própria equipe, caso das tarifas de 25% para México e Canadá, suspensas temporariamente menos de 24 horas depois.

"No fundo, foram retiradas porque não estavam bem alinhadas, não porque eram uma bravata lançada com objetivo de negociar", defende Garrnan, para quem parte do setor privado ainda enxerga a questão de forma complacente.

O consultor ressalta ainda que o governo americano deve dar prioridade na renegociação de tarifas com os parceiros do Acordo Estados Unidos-México-Canadá,

também conhecido como Nafta 2.0, o que deixa qualquer resolução da questão mais distante no caso brasileiro.

Outro ponto de embate que entre EUA e Brasil será na questão das tarifas recíprocas. Ex-embaiador americano no Brasil durante o primeiro mandato do republicano, Toold Chapman classificou o Brasil como um dos "reis" da aplicação de tarifas para proteção seus interesses nacionais, junto com a China. Ele deu como exemplo o setor do etanol, em que o Brasil exporta quatro vezes mais em valor para os EUA que o inverso.

"O Brasil tem tarifas altas, nós temos tarifas baixas. Por que devemos dar acesso quase grátis ao maior mercado do mundo sem ter acesso a esse país?", resumiu.

Para o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, o Brasil está um tanto protegido da linha de tiro americana, por operar atualmente com déficits comerciais em relação aos EUA e também pelo fato de que o fluxo de comércio entre os dois países é pouco relevante.

"Mesmo uma tarifa mais agressiva, de 25%, poderia resultar em queda de US\$ 7 milhões a US\$ 10 milhões das exportações, não muda muito a balança comercial brasileira", comentou. "O risco está na reciprocidade. Me preocupo mais com impactos setoriais que macroeconômicos."

Esse cenário, por outro lado, reforça os riscos que a falta de ancoragem traz ao cenário econômico brasileiro. "Sem essa âncora, os desdobramentos externos podem nos levar rapidamente de um lado para o outro. É o que vai mais dificultar o trabalho do

Banco Central", acrescenta.

Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander, alertou para os potenciais impactos indiretos que a visão mais protecionista do novo presidente americano lança sobre a economia mundial e o Brasil, mesmo que suas ameaças não sejam inteiramente cumpridas.

A combinação de economia mundial mais fragmentada e uma política de deportação em massa apontam para uma economia com menor potencial de crescimento e

também maior risco inflacionário, diz. Essas medidas, portanto, colocam em dúvida a capacidade do Federal Reserve de manter o ciclo de baixa de juros.

"Esses riscos macroeconômicos, e um dólar pelo menos no médio prazo mais forte, são um ponto de atenção para a economia brasileira", afirma ela, notando que a expectativa de **inflação** nos Estados Unidos tem subido desde o fim do ano passado, e isso pode fazer diferença na função de reação do Fed e na convergência da **inflação**.

Para ajudar a contornar esses riscos, Chapman defendeu um maior engajamento do setor privado nas negociações entre os governos. "As relações internacionais são muito importantes para serem deixadas apenas para os governantes", afirmou.

Uma forma de trabalhar nesse sentido, argumentou, é considerar fazer investimentos nos EUA. Chapman citou casos como o da Gerdau e da JBS, que já produzem em solo americano.

Garrnan também argumentou nesse sentido. "Não vai ser fácil, então é motivo maior para ser mais agressivo nesse engajamento, realçar como o país está alinhado aos interesses americanos", disse. "O Brasil é um fornecedor de minerais críticos para a indústria bélica de segurança. O governo americano também é bastante preocupado com segurança energética, em reduzir dependência com a China em cadeias de suprimentos importantes. O Brasil cumpre papéis importantes neste sentido."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Ibovespa e juros ampliam melhora com eleição de 2026 no radar

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani e Arthur Cagliari

Embalado por uma nova rodada de redução parcial dos prêmios de risco na sessão de ontem, os juros futuros e o Ibovespa estenderam o movimento mais positivo iniciado no fim da semana passada. Em um pregão de baixa liquidez devido ao feriado nos Estados Unidos, agentes financeiros continuaram a reverberar a possibilidade de uma alternância de poder no próximo ano diante da piora na popularidade recente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme mostrou pesquisa do Datafolha divulgada na última sexta-feira.

Os sinais de desaceleração da economia local também impulsionaram uma queda mais firme dos juros futuros na sessão, com a divulgação de dados do IBC-Br abaixo das estimativas colhidas pelo Valor Data.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu de 14,80% do ajuste anterior para 14,665%; e a do DI para janeiro de 2031 passou de 14,555% para 14,31%. Já o Ibovespa fechou com alta leve de 0,26%, aos 128.552 pontos. Enquanto isso, o dólar à vista passou por um dia de ajustes e registrou leve avanço de 0,29%, cotado a R\$ 5,7119.

Segundo Camilo Cavalcanti, sócio e gestor da Oby Capital, o ambiente externo vem ajudando após a posse de Trump, o que impulsionou a apreciação do câmbio e deu suporte às estratégias adotadas pela gestora em janeiro deste ano de apostar na queda dos juros futuros.

No entanto, após os ganhos com as apostas em janeiro, a posição da Oby ficou mais leve neste momento, segundo Cavalcanti, que aguarda oportunidades melhores para adicionar risco à carteira da casa.

"Também temos acompanhado esses sinais de desaceleração da economia brasileira e da queda da aprovação do governo, que acabam reduzindo as probabilidades de um cenário extremamente negativo", afirma.

Ainda que haja temores sobre uma eventual piora

fiscal com foco nas eleições de 2026, o analista macro da Genial, Roberto Mota, avalia que o aumento de gastos pelo governo para recuperar a popularidade não tem necessariamente um efeito negativo no mercado.

"Em uma primeira análise, podemos pensar que mais gastos prejudicam as contas públicas, e isso tem efeito nos ativos brasileiros. Mas se as medidas do governo colocam 'mais lenha' na **inflação**, no sentido de aumentar ainda mais os **preços**, essas medidas podem ter efeito contrário e aumentar o peso da tese de alternância de poder em 2026."

O analista-chefe de renda variável da Mantaro Capital, Pedro Gonzaga, também avalia que há um "receio de Lula não aceitar ter perdido o jogo e tentar de tudo para recuperar a popularidade", o que pode deixá-lo em uma "sinuca". "Fazendo isso, ele pode levar a uma desvalorização do real, o que pode gerar mais **inflação**, mais juros e maior desaceleração da economia [após o estímulo fiscal]. Dependendo do timing, ele [Lula] pode ficar mais fragilizado na eleição em si."

O diretor de investimentos do Mirabaud, Eric Hatisuka, por outro lado, diz que é "ingênuo" acreditar que o chefe do Executivo vai perder popularidade e não tentar reverter o quadro. "Pode ser uma má notícia porque o governo pode adotar medidas mais populistas. O mercado melhora porque o Lula é visto como um político com uma política [fiscal] ruim. Mas essa piora da popularidade pode causar grande piora de preços [mais para frente]."

Além de acompanhar de perto dos desdobramentos da corrida eleitoral de 2026, Mota lembra que os primeiros meses de 2025 vêm sendo marcados por uma mudança no ambiente global, que antes levava a uma busca forte por ativos americanos, ou seja, fluxo direcional para os Estados Unidos, levando ao fortalecimento do dólar. Agora, a situação tem se mostrado diferente, diz. "As medidas do [presidente dos Estados Unidos Donald] Trump têm se mostrado bem mais graduais do que o esperado. Isso fez com que os investidores olhassem para outras regiões do mundo, e não apenas para os Estados Unidos."

A surpresa com a inteligência artificial DeepSeek e uma rodada não tão boa de balanços das "big techs"

americanas foram outros motivos citados pelo analista da Genial para uma procura maior por ativos fora dos EUA. "As bolsas americanas foram as que, de longe, mais valorizaram nos últimos anos. A sensação é que se chegou a uma exaustão e o investidor está à procura de ativos que ainda possam apreciar; ativos mais baratos. Os investidores passaram a olhar para as 'barganhas'", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Planalto prevê mais pressão por ministérios, mas Lula ainda não se definiu

A queda abrupta nos índices de aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve elevar a pressão do Congresso e dos partidos para que o petista retire da gaveta a tão prometida **reforma ministerial**. Esse é o prognóstico feito, nos bastidores, por ministros e outros interlocutores de Lula, depois que o instituto Datafolha mostrou que a avaliação positiva do governo caiu 11 pontos percentuais em dois meses e chegou a 24%. É o pior desempenho para o petista em seus três mandatos presidenciais.

Lula, no entanto, ainda não deu sinais claros sobre quando pretende trocar ministros, a dimensão da reforma ou que cargos estão em jogo. Segundo interlocutores, ele ainda está "pensando" nas mudanças que pretende fazer.

O Valor apurou que alguns ministros já disseram diretamente ao presidente da República que ele não pode "perder o ti-ming" da reforma. Esses interlocutores defendem, inclusive, que Lula abra um espaço na sua agenda o quanto antes, para receber presidentes de partidos como MDB, PSD e Republicanos, entre outros, a fim de negociar possíveis mudanças nos ministérios.

Uma parte do governo argumenta que, quanto mais Lula demorar para tomar uma decisão, maior será a pressão do Congresso por cargos e espaços na gestão federal. Ou seja, a lentidão do presidente pode deixar "a fatura mais cara" nas negociações com o Legislativo. Mas nenhuma mexida na Esplanada ocorrerá antes desses encontros com os presidentes das legendas a base.

Lula foi informado da queda em sua aprovação no Datafolha no avião presidencial, ao retornar a Brasília de uma viagem ao Pará, na sexta-feira (14). Concordou com a avaliação de alguns ministros, que se sentaram ao seu lado, de que o governo precisava "reagir". Mas não externou para ninguém em que termos se daria essa reação.

Ainda que as fontes admitam a possibilidade de Lula ter que acelerar a reforma na Esplanada, a mensagem interna é que não eleve haver um "cavalo de pau" na economia ou promova mudanças de grande impacto em sua equipe.

Neste sentido, dizem pessoas próximas ao presidente,

permanece a expectativa de que a **reforma ministerial** seja "pontual". Cargos estratégicos, como Fazenda e Casa Civil, onde estão os ministros Fernando Haddad e Rui Costa, não deverão sofrer alterações.

Os cenários ventilados para a reforma são diversos e têm sido levados a Lula por diferentes interlocutores. Mas o presidente não dá pistas sobre o que pretende fazer.

Um movimento dado como certo é a concessão de mais espaço para o PSD da Câmara, insatisfeito com o Ministério da Pesca, ocupado por André de Paula. O Centrão também tem grandes possibilidades de ocupar a Secretaria de Relações Institucionais, no lugar de Alexandre Padilha.

"[Lula] Não faz política. Está isolado.

Capturado"

Kakay em carta

Já a ideia de integrar a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) à Esplanada foi sugestão da bancada petista na Câmara. A visão de que ela traria "jovialidade" e teria potencial para arejar o governo encontra respaldo no Planalto.

Por outro lado, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, enfraqueceu-se após declarar que o governo avaliava reajustar o Bolsa Família por conta da alta dos alimentos. Foi desmentido pela Casa Civil, mas ninguém é capaz de cravar sua saída.

A mesma lógica de não fazer movimentos bruscos vale para a questão fiscal: o governo seguirá o caminho desenhado por Haddad, de fortalecimento do arcabouço - mesmo que o próprio presidente repita com frequência que despesas em educação e saúde não devem ser contabilizadas como "gastos" e, sim, como "investimento".

A explicação por trás disso é que, ainda que a situação seja sensível do ponto de vista econômico, o governo continuará apostando na queda do dólar e no preço de alimentos, além de investir em medidas de apelo popular, como a reforma do Imposto de Renda.

As discussões sobre uma eventual mudança de rumos se fortaleceram após Lula ver seu apoio popular derreter. De acordo com o Datafolha, entre dezembro do ano passado e fevereiro, o percentual de quem considera o governo ruim ou péssimo subiu para 41%, sete pontos a mais do que na pesquisa anterior. Para 32%, a situação está regular-eram 29%.

Na prática, a piora na avaliação é a mais acentuada registrada pelo instituto neste terceiro mandato, iniciado em janeiro de 2023. De acordo com o Datafolha, o pior resultado até então, de 28%, ocorreu em outubro e em dezembro de 2005, período em que sua gestão lidava com a crise do mensalão. O instituto entrevistou 2.007 eleitores em 113 cidades. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Como consequência, outros atores políticos de Brasília também passaram a fazer pressão contra o governo. A mais recente delas foi feita por um antigo aliado: o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay. O advogado, que costuma transitar com facilidade entre os círculos do poder em Brasília, enviou para membros do governo uma carta em que critica a gestão de Lula no terceiro mandato.

No texto, Kakay relembra episódios da trajetória de Lula, destacando a articulação que o petista tinha no passado e, segundo o advogado, como isso mudou em seu terceiro mandato.

"O Lula do 3- mandato, por circunstâncias diversas, políticas e principalmente pessoais, é outro. Não faz política. Está isolado. Capturado. Não tem ao seu lado pessoas com capacidade de falar o que ele teria que ouvir. Não recebe mais os velhos amigos políticos e perdeu o que tinha de melhor: sua inigualável capacidade de seduzir, de ouvir, de olhar a cena política", diz um trecho da carta.

Segundo o Valor apurou, Kakay pediu para que ministros e aliados levassem o texto a Lula. O advogado cita ainda que tem ouvido de políticos sobre a dificuldade de conversar com o presidente. "Outro dia alguns políticos me confidenciaram que não conseguem falar com o presidente. É outro Lula que está governando", acrescenta o texto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188120?page=14§ion=1>

Como presidente da Câmara se fortalece na polarização entre Bolsonaro e Lula

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), surpreendeu o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com falas simpáticas a pautas bolsonaristas dias após ser eleito com amplo apoio da base do governo e da oposição.

Após evitar se posicionar sobre temas que dividem os dois lados, ele rechaçou os ataques do 8 de janeiro de 2023, mas disse que não considerava a invasão dos edifícios dos Três Poderes em Brasília como um golpe de Estado e criticou supostas penas excessivas dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As falas, em entrevista a uma rádio da Paraíba no dia 7 de fevereiro, incomodaram o Palácio do Planalto e deixaram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados mais animados sobre a possibilidade de aprovar no Congresso uma controversa anistia para os envolvidos nos ataques às instituições democráticas.

Isso poderia, em tese, favorecer o próprio Bolsonaro, que foi indiciado pela Polícia Federal como mentor do suposto golpe e enfrenta a ameaça de um processo criminal. O ex-presidente nega qualquer crime.

Na mesma entrevista, Motta deixou a votação da proposta em aberto: Não posso chegar aqui e dizer que vou pautar a anistia semana que vem, ou não vamos pautar. Será um tema que vamos analisando, digerindo.

Apesar dessas declarações, a probabilidade de a proposta de anistia ir à votação ainda é considerada baixa por cientistas políticos ouvidos pela BBC News Brasil.

Os motivos, avaliam, é a oposição do governo e do STF, além da falta de apoio popular.

Pesquisa Datafolha do final de 2024 apontou que 62% da população são contra a proposta, enquanto 33% é a favor, e o restante não opinou.

Ambos também não veem os recentes gestos de Motta à base bolsonarista como um sinal de que ele escolheu o lado do ex-presidente e se afastou do Palácio do Planalto.

Na verdade, os especialistas ouvidos avaliam que Motta - um político de apenas 35 anos, mas já no seu

quarto mandato de deputado - tem se equilibrado entre os dois campos.

Eles citam como gestos à esquerda seu discurso de posse com enfática defesa da democracia - em que fez referência ao filme Ainda Estou Aqui, sobre o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva pela ditadura militar - e o encontro com Lula no Palácio do Planalto logo após sua eleição para comandar a Câmara, junto com Davi Alcolumbre (União-AP), novo presidente do Senado.

Os dois voltaram a se reunir com o presidente na residência da Granja do Torto, na noite de 12 de fevereiro.

Foi uma conversa amistosa, falamos um pouco sobre economia. Combinamos de ficar sempre conversando a partir de agora, disse Motta a jornalistas no dia seguinte, sem detalhar a conversa.

O encontro ocorreu em meio a discussões sobre um possível **reforma ministerial** para acomodar mais indicações do Centrão - classificação que abarca partidos predominantemente conservadores, mas que costumam apoiar governos de diferentes tendências políticas em troca de cargos e acesso a verbas públicas.

As negociações acontecem em um momento de fragilidade do governo, com a popularidade de Lula em queda acentuada.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira (14/2), a aprovação do presidente recuou de 35% para 24% em dois meses, pior nível já registrado pelo petista em todos os seus mandatos. A reprovação também é recorde, subindo de 34% a 41%.

Para Creomar de Souza, da consultoria Dharma, a postura de Motta, de manter um diálogo aberto com o governo enquanto faz acenos para o bolsonarismo é uma estratégia para se fortalecer em meio à polarização.

A impressão dos primeiros dias do Hugo Motta é que ele vem com um pé em cada canoa, o que significa dizer que ele tá com o pé na canoa dele, nota o analista.

Vemos de maneira muito clara uma continuidade dessa tentativa de atores do Centrão de se utilizarem de instrumentos de polarização para defenderem suas próprias agendas , continua.

E quais são essas agendas? A manutenção das emendas orçamentárias e dessa espécie de consórcio [de partidos do Centrão] que, sob a mentoria intelectual do Eduardo Cunha, mantém controle da Câmara dos Deputados, praticamente durante toda a última década , diz ainda, em referência ao ex-presidente da Câmara que ampliou a autonomia da Casa em relação ao governo e autorizou o início do processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff em 2016.

O cientista político Lucas de Aragão, sócio da Arko Consultoria, também considera que Motta está tentando se posicionar como um cara que flutua entre todos os campos políticos .

Quanto às falas de Motta sobre o 8 de janeiro, Aragão lembra que outra pesquisa Datafolha, de março de 2024, mostrou que 65% da população consideram que aqueles ataques foram vandalismo e que apenas 30% avaliaram os atos como uma tentativa de golpe.

Ou seja, ressalta o analista, Motta se alinhou à opinião pública majoritária, mas isso não significa que vai articular politicamente para votar e aprovar uma anistia.

Ele mostrou disposição em falar de temas sensíveis, como a anistia, mas ele joga a responsabilidade por construir o consenso [para aprovação] para quem tem interesse no tema , ressalta Aragão.

Outro exemplo disso, acrescenta o cientista político, foi a fala de Motta à emissora CNN Brasil na semana passada, quando o deputado se alinhou a críticas ao prazo de oito anos de inelegibilidade previsto na Lei da Ficha Limpa, que classificou de um tempo extenso .

Nesta frente, aliados de Bolsonaro tentam articular a redução do prazo para dois anos, o que liberaria o ex-presidente - hoje inelegível devido a uma condenação no Tribunal Superior Eleitoral - a concorrer na eleição de 2026.

Motta, porém, também não manifestou um compromisso imediato com a apreciação da pauta.

Disse na mesma entrevista que não havia dialogado ainda com os líderes dos partidos na Câmara para sentir o ambiente sobre a necessidade ou não de uma mudança na Lei da Ficha Limpa .

Para Aragão, alterar a Ficha Lima não é algo simples,

pois a medida costuma ser vista como uma agenda a favor de corruptos, gerando reação da sociedade.

Além do equilíbrio entre as principais forças políticas, Aragão diz que Motta também chamou atenção nos primeiros dias da sua gestão com uma comunicação forte nas redes sociais, em que aproveita o comando da Câmara para se tornar mais conhecido nacionalmente.

Com assessoria do publicitário Chico Zaidan Mendez, adotou uma linguagem leve e dinâmica nas suas contas, com mensagens didáticas sobre o funcionamento da Câmara, focadas em um público menos especializado em política.

No primeiro vídeo após a eleição , que soma mais de 600 mil visualizações no seu Instagram, ele explica como a direita e a esquerda caminharam juntas na eleição da Câmara e brinca com a ideia de um novo buscador de informações, o Hoogle, um trocadilho entre seu nome e o Google.

Não me lembro de um presidente da Câmara que tenha utilizado as redes sociais de maneira tão direta , nota Aragão, destacando que Motta é um político jovem, de 35 anos.

Se ele conseguir criar essa linha de comunicação direta [com a população], isso fortalece não só ele com a base de voto dele na Paraíba, mas ele com o Congresso. O que eleva a autonomia dele, seu capital político.

Nome importante do bolsonarismo na Câmara, a deputada Bia Kicis (PL-DF), disse à reportagem que a pauta prioritária do grupo é a anistia.

No entanto, ela reconhece que não há previsão para votação da proposta, nem votos para aprová-la no momento.

Vamos votar quando a gente tiver certeza da vitória , afirmou Kicis.

Estamos trabalhando [para isso]. Eu acho que essa pauta traz muito apelo. Muita gente que não é apoiador do Bolsonaro, mas que apoia uma anistia humanitária.

A deputada também celebra as declarações de Motta a respeito do assunto.

Recebemos com bastante confiança a fala dele, uma fala equilibrada. Uma fala de alguém que não é do núcleo do Bolsonaro , reforçou.

A reportagem conversou com a deputada após uma

coletiva promovida no Congresso pela base bolsonarista com Vanessa Vieira, esposa de Ezequiel Ferreira Luís, condenado a 14 anos de prisão por participação no 8 de janeiro, acusado de crimes como golpe de Estado e associação criminosa armada.

Com o marido foragido, Vieira compareceu à Câmara com seis filhos, alegou que seu marido foi condenado sem provas e pediu misericórdia a Hugo Motta, que depois a recebeu em seu gabinete, em reunião fechada.

Para Creomar de Souza, a possibilidade de a anistia entrar em votação dependerá da evolução da aprovação do governo Lula.

Uma eventual votação da anistia no Congresso tem muito mais a ver com a capacidade que o governo terá de reverter a tendência de queda de popularidade e das percepções econômicas [negativas da população] do que pela força que o bolsonarismo efetivamente tem de colocar a pauta para aprovação.

Apesar do desconforto dentro do Palácio do Planalto e do PT com as falas iniciais de Motta, a base governista tem minimizado o impacto das declarações.

Para o secretário de Comunicação do PT, o deputado federal Jilmar Tatto (SP), é preciso esperar para ver como ele vai agir na prática na condução da Casa.

Os trabalhos na Casa só devem ganhar mais fôlego depois do Carnaval, quando as comissões temáticas serão instaladas, após a negociação entre os partidos.

O mandato do presidente Hugo Motta vai ser um no cravo, outro na ferradura. Ele ora vai agradar à esquerda, ora vai agradar à direita, disse Tatto à BBC News Brasil.

Ele fez uma declaração infeliz sobre o 8 de janeiro. Temos que ver qual vai ser o conteúdo [da sua gestão]. Independente das falas dele, é o comportamento dele como presidente da Câmara [que importa].

O governo apresentou ao Senado e à Câmara suas prioridades para os próximos dois anos no Congresso, dando especial ênfase à proposta de isentar o Imposto de Renda até R\$ 5 mil e elevar o imposto sobre rendas de mais de R\$ 50 mil.

Queremos que seja aprovada ainda este ano para que esteja valendo já em 2026, disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a jornalistas, após se reunir com Motta na quinta-feira passada (12/02).

A reforma do Imposto de Renda, porém, ainda não foi enviada ao Congresso, já que o Ministério da Fazenda ainda fecha os detalhes da proposta, para garantir que a arrecadação maior sobre os mais ricos vai cobrir integralmente a desoneração dos que ganham até R\$ 5 mil.

A avaliação é que não há espaço fiscal para o governo abrir mão de receitas sem que haja aumento da dívida pública, algo que pode pressionar a cotação do dólar, a **inflação** e os juros no país.

Motta já deu declarações favoráveis à proposta, mas também tem criticado o governo por aumentar **impostos**, cobrando mais cortes de gastos.

Não conheço o que o ministro vai nos trazer, disse Motta na semana passada antes de se reunir com Haddad.

O projeto da isenção do Imposto de Renda é um projeto simpático. Quem é que não gostaria de aprovar um projeto que ajuda as pessoas que têm uma faixa de renda menor, que é a larga maioria da população brasileira?, comentou.

Mas temos que ter muito equilíbrio para que uma medida como essa não venha a ter um efeito ruim do ponto de vista econômico, já que temos hoje uma alta taxa de juros, o dólar chegando a níveis máximos, e isso traz efeito no que diz respeito à **inflação**.

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), surpreendeu o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com falas simpáticas a pautas bolsonaristas dias após ser eleito com amplo apoio da base do governo e da oposição.

Após evitar se posicionar sobre temas que dividem os dois lados, ele rechaçou os ataques do 8 de janeiro de 2023, mas disse que não considerava a invasão dos edifícios dos Três Poderes em Brasília como um golpe de Estado e criticou supostas penas excessivas dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As falas, em entrevista a uma rádio da Paraíba no dia 7 de fevereiro, incomodaram o Palácio do Planalto e deixaram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados mais animados sobre a possibilidade de aprovar no Congresso uma controversa anistia para os envolvidos nos ataques às instituições democráticas.

Isso poderia, em tese, favorecer o próprio Bolsonaro, que foi indiciado pela Polícia Federal como mentor do suposto golpe e enfrenta a ameaça de um processo criminal. O ex-presidente nega qualquer crime.

Na mesma entrevista, Motta deixou a votação da

proposta em aberto: Não posso chegar aqui e dizer que vou pautar a anistia semana que vem, ou não vamos pautar. Será um tema que vamos analisando, digerindo .

Apesar dessas declarações, a probabilidade de a proposta de anistia ir à votação ainda é considerada baixa por cientistas políticos ouvidos pela BBC News Brasil.

Os motivos, avaliam, é a oposição do governo e do STF, além da falta de apoio popular.

Pesquisa Datafolha do final de 2024 apontou que 62% da população são contra a proposta, enquanto 33% é a favor, e o restante não opinou.

Ambos também não veem os recentes gestos de Motta à base bolsonarista como um sinal de que ele escolheu o lado do ex-presidente e se afastou do Palácio do Planalto.

Na verdade, os especialistas ouvidos avaliam que Motta - um político de apenas 35 anos, mas já no seu quarto mandato de deputado - tem se equilibrado entre os dois campos.

Eles citam como gestos à esquerda seu discurso de posse com enfática defesa da democracia - em que fez referência ao filme Ainda Estou Aqui , sobre o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva pela ditadura militar - e o encontro com Lula no Palácio do Planalto logo após sua eleição para comandar a Câmara, junto com Davi Alcolumbre (União-AP), novo presidente do Senado.

Os dois voltaram a se reunir com o presidente na residência da Granja do Torto, na noite de 12 de fevereiro.

Foi uma conversa amistosa, falamos um pouco sobre economia. Combinamos de ficar sempre conversando a partir de agora , disse Motta a jornalistas no dia seguinte, sem detalhar a conversa.

O encontro ocorreu em meio a discussões sobre um possível **reforma ministerial** para acomodar mais indicações do Centrão - classificação que abarca partidos predominantemente conservadores, mas que costumam apoiar governos de diferentes tendências políticas em troca de cargos e acesso a verbas públicas.

As negociações acontecem em um momento de fragilidade do governo, com a popularidade de Lula em queda acentuada.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira

(14/2), a aprovação do presidente recuou de 35% para 24% em dois meses, pior nível já registrado pelo petista em todos os seus mandatos. A reprovação também é recorde, subindo de 34% a 41%.

Para Creomar de Souza, da consultoria Dharma, a postura de Motta, de manter um diálogo aberto com o governo enquanto faz acenos para o bolsonarismo é uma estratégia para se fortalecer em meio à polarização.

A impressão dos primeiros dias do Hugo Motta é que ele vem com um pé em cada canoa, o que significa dizer que ele tá com o pé na canoa dele , nota o analista.

Vemos de maneira muito clara uma continuidade dessa tentativa de atores do Centrão de se utilizarem de instrumentos de polarização para defenderem suas próprias agendas , continua.

E quais são essas agendas? A manutenção das emendas orçamentárias e dessa espécie de consórcio [de partidos do Centrão] que, sob a mentoria intelectual do Eduardo Cunha, mantém controle da Câmara dos Deputados, praticamente durante toda a última década , diz ainda, em referência ao ex-presidente da Câmara que ampliou a autonomia da Casa em relação ao governo e autorizou o início do processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff em 2016.

O cientista político Lucas de Aragão, sócio da Arko Consultoria, também considera que Motta está tentando se posicionar como um cara que flutua entre todos os campos políticos .

Quanto às falas de Motta sobre o 8 de janeiro, Aragão lembra que outra pesquisa Datafolha, de março de 2024, mostrou que 65% da população consideram que aqueles ataques foram vandalismo e que apenas 30% avaliaram os atos como uma tentativa de golpe.

Ou seja, ressalta o analista, Motta se alinhou à opinião pública majoritária, mas isso não significa que vai articular politicamente para votar e aprovar uma anistia.

Ele mostrou disposição em falar de temas sensíveis, como a anistia, mas ele joga a responsabilidade por construir o consenso [para aprovação] para quem tem interesse no tema , ressalta Aragão.

Outro exemplo disso, acrescenta o cientista político, foi a fala de Motta à emissora CNN Brasil na semana passada, quando o deputado se alinhou a críticas ao prazo de oito anos de inelegibilidade previsto na Lei da Ficha Limpa, que classificou de um tempo extenso .

Nesta frente, aliados de Bolsonaro tentam articular a redução do prazo para dois anos, o que liberaria o ex-presidente - hoje inelegível devido a uma condenação no Tribunal Superior Eleitoral - a concorrer na eleição de 2026.

Motta, porém, também não manifestou um compromisso imediato com a apreciação da pauta.

Disse na mesma entrevista que não havia dialogado ainda com os líderes dos partidos na Câmara para sentir o ambiente sobre a necessidade ou não de uma mudança na Lei da Ficha Limpa .

Para Aragão, alterar a Ficha Lima não é algo simples, pois a medida costuma ser vista como uma agenda a favor de corruptos, gerando reação da sociedade.

Além do equilíbrio entre as principais forças políticas, Aragão diz que Motta também chamou atenção nos primeiros dias da sua gestão com uma comunicação forte nas redes sociais, em que aproveita o comando da Câmara para se tornar mais conhecido nacionalmente.

Com assessoria do publicitário Chico Zaidan Mendez, adotou uma linguagem leve e dinâmica nas suas contas, com mensagens didáticas sobre o funcionamento da Câmara, focadas em um público menos especializado em política.

No primeiro vídeo após a eleição , que soma mais de 600 mil visualizações no seu Instagram, ele explica como a direita e a esquerda caminharam juntas na eleição da Câmara e brinca com a ideia de um novo buscador de informações, o Hoogle, um trocadilho entre seu nome e o Google.

Não me lembro de um presidente da Câmara que tenha utilizado as redes sociais de maneira tão direta , nota Aragão, destacando que Motta é um político jovem, de 35 anos.

Se ele conseguir criar essa linha de comunicação direta [com a população], isso fortalece não só ele com a base de voto dele na Paraíba, mas ele com o Congresso. O que eleva a autonomia dele, seu capital político.

Nome importante do bolsonarismo na Câmara, a deputada Bia Kicis (PL-DF), disse à reportagem que a pauta prioritária do grupo é a anistia.

No entanto, ela reconhece que não há previsão para votação da proposta, nem votos para aprová-la no momento.

Vamos votar quando a gente tiver certeza da vitória , afirmou Kicis.

Estamos trabalhando [para isso]. Eu acho que essa pauta traz muito apelo. Muita gente que não é apoiador do Bolsonaro, mas que apoia uma anistia humanitária.

A deputada também celebra as declarações de Motta a respeito do assunto.

Recebemos com bastante confiança a fala dele, uma fala equilibrada. Uma fala de alguém que não é do núcleo do Bolsonaro , reforçou.

A reportagem conversou com a deputada após uma coletiva promovida no Congresso pela base bolsonarista com Vanessa Vieira, esposa de Ezequiel Ferreira Luís, condenado a 14 anos de prisão por participação no 8 de janeiro, acusado de crimes como golpe de Estado e associação criminosa armada.

Com o marido foragido, Vieira compareceu à Câmara com seis filhos, alegou que seu marido foi condenado sem provas e pediu misericórdia a Hugo Motta, que depois a recebeu em seu gabinete, em reunião fechada.

Para Creomar de Souza, a possibilidade de a anistia entrar em votação dependerá da evolução da aprovação do governo Lula.

Uma eventual votação da anistia no Congresso tem muito mais a ver com a capacidade que o governo terá de reverter a tendência de queda de popularidade e das percepções econômicas [negativas da população] do que pela força que o bolsonarismo efetivamente tem de colocar a pauta para aprovação.

Apesar do desconforto dentro do Palácio do Planalto e do PT com as falas iniciais de Motta, a base governista tem minimizado o impacto das declarações.

Para o secretário de Comunicação do PT, o deputado federal Jilmar Tatto (SP), é preciso esperar para ver como ele vai agir na prática na condução da Casa.

Os trabalhos na Casa só devem ganhar mais fôlego depois do Carnaval, quando as comissões temáticas serão instaladas, após a negociação entre os partidos.

O mandato do presidente Hugo Motta vai ser um no cravo, outro na ferradura. Ele ora vai agradar à esquerda, ora vai agradar à direita , disse Tatto à BBC News Brasil.

Ele fez uma declaração infeliz sobre o 8 de janeiro. Temos que ver qual vai ser o conteúdo [da sua

gestão]. Independente das falas dele, é o comportamento dele como presidente da Câmara [que importa].

O governo apresentou ao Senado e à Câmara suas prioridades para os próximos dois anos no Congresso, dando especial ênfase à proposta de isentar o Imposto de Renda até R\$ 5 mil e elevar o imposto sobre rendas de mais de R\$ 50 mil.

Queremos que seja aprovada ainda este ano para que esteja valendo já em 2026, disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a jornalistas, após se reunir com Motta na quinta-feira passada (12/02)

A reforma do Imposto de Renda, porém, ainda não foi enviada ao Congresso, já que o Ministério da Fazenda ainda fecha os detalhes da proposta, para garantir que a arrecadação maior sobre os mais ricos vai cobrir integralmente a desoneração dos que ganham até R\$ 5 mil.

A avaliação é que não há espaço fiscal para o governo abrir mão de receitas sem que haja aumento da dívida pública, algo que pode pressionar a cotação do dólar, a **inflação** e os juros no país.

Motta já deu declarações favoráveis à proposta, mas também tem criticado o governo por aumentar **impostos**, cobrando mais cortes de gastos.

Não conheço o que o ministro vai nos trazer, disse Motta na semana passada antes de se reunir com Haddad.

O projeto da isenção do Imposto de Renda é um projeto simpático. Quem é que não gostaria de aprovar um projeto que ajuda as pessoas que têm uma faixa de renda menor, que é a larga maioria da população brasileira?, comentou.

Mas temos que ter muito equilíbrio para que uma medida como essa não venha a ter um efeito ruim do ponto de vista econômico, já que temos hoje uma alta taxa de juros, o dólar chegando a níveis máximos, e isso traz efeito no que diz respeito à **inflação**.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/02/7063643-como-presidente-da-camara-se-fortalece-na-polarizacao-entre-bolsonaro-e-lula.html>